

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

MARIA CAROLINA ALBINO DE SOUZA

Segregação e Espoliação Urbana:
o caso de Campos dos Goytacazes e o Morar Feliz

Campos dos Goytacazes – RJ

2020

**Segregação e Espoliação Urbana:
o caso de Campos dos Goytacazes e o Morar Feliz**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, para obtenção do grau de licenciada em Geografia.

Orientadora: Prof. Dr^a. Tatiana Tramontani Ramos.

Campos dos Goytacazes – RJ

2020

**Segregação e Espoliação Urbana:
o caso de Campos dos Goytacazes e o Morar Feliz**

MARIA CAROLINA ALBINO DE SOUZA

Aprovada em ___/___/___

Professora Dr^a. Tatiana Tramontani
GRC/Universidade Federal Fluminense
(orientação)

Professora Dr^a. Erika Vanessa Moreira Santos
GRC/Universidade Federal Fluminense

Professor Dr. Daniel de Albuquerque Ribeiro
Universidade Federal Fluminense

Dedico esta monografia à minha orientadora Tatiana Tramontani Ramos. Quero lhe agradecer por todo incentivo, compreensão e paciência. Grata por todo auxílio para a conclusão deste trabalho. Muito obrigada por tudo!

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos para: Deus, Mãe, Orientadora, Professores, Amigos e Noivo.

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por me dar forças para concluir essa etapa da minha vida.

Agradeço a minha mãe que sempre esteve ao meu lado me apoiando e me auxiliando ao longo dessa trajetória.

Agradeço a minha orientadora Tatiana, por aceitar e me auxiliar a conduzir a pesquisa.

A todos(as) os professores(as) do Curso de Licenciatura em Geografia pelos ensinamentos e experiências compartilhadas.

Aos meus amigos, Ana Carolina, Heithor, Kesia, Lara e Leonardo pela paciência. Obrigada por estarem ao meu lado ao longo desses 4 anos. Obrigada por compartilharem inúmeros desafios, sempre com companheirismo. Agradeço especialmente a Kesia, por me acompanhar todas as noites na volta para casa, e por estar ao meu lado principalmente na maioria dos sufocos. Sei o apoio de vocês a conclusão do curso seria bem mais difícil.

Também agradeço ao meu noivo, por toda ajuda nessa reta final, compreensão e paciência.

Gratidão a todos!

RESUMO

O presente trabalho tem como tema, Segregação e Espoliação Urbana: o caso de Campos dos Goytacazes e o Morar Feliz. A criação de conjuntos habitacionais do Programa Habitacional da Prefeitura Municipal – Programa Morar Feliz – prevê a construção de casas populares (padrão) com o intuito de remover famílias que residam em áreas de risco potencial na cidade de Campos Goytacazes, porém, nem sempre esse discurso legitimador condiz com a realidade. O tema central da presente pesquisa consiste em dar visibilidade às famílias que vivem nas casas de um desses conjuntos habitacionais, o Ururá I, mais conhecido como o Tapera III, conquistadas por meio de ocupação devido ao não cumprimento por parte da prefeitura no reassentamento das famílias e que, conseqüentemente, não possuem a garantia de posse desses imóveis. Colocando em debate seus propósitos e intencionalidades em um complexo panorama estrutural da questão em Campos dos Goytacazes, bem como uma conjuntura perturbadora de instabilidade e vulnerabilidade sócio-espacial e do acesso à moradia, além da análise do processo de segregação e espoliação urbana que existe nas entrelinhas do programa. O conjunto possui três realidades distintas quando se discute o acesso à moradia, a terceira mostra bem a espoliação urbana, o processo de ocupação das casas inacabadas e do solo, e a autoconstrução como uma saída para a questão do déficit habitacional.

Palavras-chave: Programa Habitacional; Ocupação; Segregação e Espoliação Urbana

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Planta de implantação do conjunto habitacional.

FIGURA 2 - Planta de implantação do conjunto habitacional e do hospital.

FIGURA 3 - Mapa vetor de expansão do solo urbano.

FIGURA 4 - Localização dos conjuntos habitacionais do programa “Morar Feliz” no município de Campos no mapa do estado do Rio de Janeiro.

FIGURA 5 - Planta padrão de duas casas geminadas dos Conjuntos Habitacionais.

FIGURA 6 - Mapa do conjunto habitacional todo, das casas não entregues, os lotes vazios e BR 101.

FIGURA 7 - Imagem de como era o terreno antes do início da construção do Conjunto Habitacional.

FIGURA 8 - Início da preparação do terreno para a implantação do conjunto habitacional.

FIGURA 9 - Primeira fase das obras concluídas, ano de 2015, quando as primeiras casas foram entregues à população.

FIGURA 10 - Casas que estão sendo construídas, vistas da BR101.

FIGURA 11 - Casas autoconstruídas indo em direção à BR101.

FIGURAS 12 E 13. Casas que as obras foram iniciadas, mas que não foram concluídas.

LISTA DE ABREVIACÕES

RJ – Rio de Janeiro.

FJP – Fundação João Pinheiro.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

Sumário

INTRODUÇÃO	9
-------------------------	---

1. Segregação e espoliação urbana – do que se trata?.....	12
2. Uma contextualização das políticas sociais no Brasil em meio ao cenário macroeconômico e social.....	15
3. A inserção de Campos no cenário macroeconômico nacional	17
4. A habitação popular “padrão” – sua abordagem formal/institucional.....	22
5. Programa Municipal Morar Feliz, o Condomínio Tapera III (Ururá I) e sua origem na Favela Margem da Linha	29
6. Autoconstrução e a saída popular para a questão habitacional.....	40
CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS	44
ANEXOS	46

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido a partir do estudo do processo de ocupação nas/das casas do conjunto habitacional Tapera III. Localizado às margens da BR-101 na cidade de Campos dos Goytacazes - RJ, entre os bairros Tapera e Ururáí, foi implantado o conjunto habitacional, parte da segunda fase do projeto “Morar Feliz”.

O “Morar feliz”, foi um programa habitacional do município de Campos dos Goytacazes com projeto para a construção de conjuntos habitacionais horizontais com fins na construção de casas populares para atender famílias residentes em áreas de risco. O programa esteve vigente no município entre 2009 e 2016, tendo como resultado 18 condomínios, em 13 bairros/distritos de Campos dos Goytacazes e um total planejado de 6.134 unidades habitacionais, entre aquelas que foram concluídas e entregues aos moradores cadastrados pela prefeitura, e aquelas que não foram sequer concluídas, consistindo apenas como parte do loteamento das áreas dos condomínios atualmente existentes. E esse é nosso objeto de interesse.

Pode-se afirmar que, nem sempre esse discurso que a prefeitura utilizava para realizar o processo de remoção, condizia com a realidade. Algumas dessas famílias conviviam com a falta de estrutura do local e em alguns casos, as condições das habitações eram insalubres, seja por falta de condições das famílias, ou até mesmo pelo grande número de pessoas ocupando um espaço muito pequeno. Porém, em outros casos, as residências de origem dos removidos eram mais amplas e bem estruturadas do que a unidade habitacional de destino nos conjuntos habitacionais, dotadas de metragem “padrão” e acabamento inferior. É questionável, ainda a concepção de risco implicada no discurso da Prefeitura como argumento para as remoções que envolvia variáveis ambientais como proximidade de rodovia, ocupação de áreas sujeitas à inundação e/ou de proteção ambiental, mas desconsiderava as variáveis sociais constitutivas dos mesmos processos, como sociabilidades de vizinhança, redes familiares e de apoio e diferentes formas e graus de conflitos e violência urbana.

De acordo com dados divulgados pela Fundação João Pinheiro (FJP), no que tange ao Déficit Habitacional no Brasil, entre os anos de 2014 e 2015, o déficit habitacional cresceu em 20 dos 27 estados brasileiros.

Na comparação entre 2015 e 2014, a variação no déficit habitacional absoluto (número de moradias) foi diferenciada entre as unidades da Federação. Dos 27 estados brasileiros, 20 registraram aumento, e sete, redução. As maiores quedas foram observadas em Alagoas (25 mil) e no Amazonas (17 mil); as

maiores elevações, em Santa Catarina (48 mil), Minas Gerais (46 mil) e no Paraná (32 mil).

Os estados com maior volume de unidades de déficit habitacional em 2015 foram São Paulo (1 milhão e 337 mil domicílios), Minas Gerais (575 mil), Bahia (461 mil), Rio de Janeiro (460 mil) e Maranhão (392 mil). Em relação aos valores relativos em 2015, os estados com maiores déficits habitacionais foram Maranhão, com 20%, e Amazonas, com 14,5%. Já os com os menores percentuais relativos foram Rio Grande do Sul (5,8%), Paraná (7,5%), Rio de Janeiro (7,8%) e Espírito Santo (8%).

A composição do déficit habitacional em 2015 mostra que o componente com maior peso é o ônus excessivo com aluguel. Ele responde por 3 milhões e 177 mil unidades ou 50% do déficit. É seguido pela coabitação, com 1 milhão e 902 mil domicílios ou 29,9%, pela habitação precária (942 mil ou 14,8%) e pelo adensamento excessivo em domicílios alugados (332 mil ou 5,2%).

Em comparação com o ano anterior, constata-se uma redução na participação dos componentes coabitação familiar e adensamento excessivo em domicílios alugados. Em 2014 eles foram de 31,5% e 6%, em 2015 declinaram para 29,9% e 5,2% respectivamente. Destaca-se o papel do componente ônus excessivo com aluguel: em 2014 foi de 48,2%, em 2015 correspondeu à metade do déficit habitacional do Brasil (50%). Já a habitação precária, 14,2% em 2014, teve seu percentual elevado no ano seguinte para 14,8%.(FJP)

O déficit habitacional relativo do Brasil, que calcula a ausência de habitações em relação ao número total por regiões, de acordo com dados da Plataforma da Fundação João Pinheiro ¹, passou dos 9% registrados em 2014 (6 milhões e 355 mil) para 9,3% em 2015 (6 milhões e 355 mil).

Para realizar a contagem, é considerado integrante do déficit habitacional todo domicílio que está dentro de uma das quatro situações determinada pela fundação. São elas:

- habitação precária (domicílios improvisados ou rústicos),
- coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes com intenção de constituir um domicílio exclusivo),
- ônus excessivo com aluguel (famílias com rendimento de até três salários mínimos e gasto superior a 30% da renda familiar),
- adensamento excessivo de moradores em imóveis alugados (mais de três moradores por dormitório).

Resultados da Fundação João Pinheiro, apresentam que o déficit habitacional, no ano de 2015, corresponde a 6.355.743 milhões de habitações, o que representa 9,3% das habitações permanentes e improvisadas. Dentre as regiões do Brasil com os maiores

¹ Para acesso a mais informações, consulte: <http://fjpdados.fjp.mg.gov.br/deficit/>

déficits habitacionais destacam-se o Sudeste (2.482 milhões), e o Nordeste (1.971 milhões) de domicílios em 2015. O maior percentual no que tange o déficit por moradia, concentra-se no Norte, com 12,6%.

Déficit na Região Sudeste:

Tanto em 2015 como em 2014 os maiores déficits habitacionais absolutos do país foram registrados na região Sudeste: 2 milhões e 482 mil domicílios e 2 milhões e 425 mil respectivamente. Em termos relativos, os valores foram 8,4% (2015) e 8,3% (2014). O resultado de 2015 pode ser explicado pelo incremento do número de moradias com ônus excessivo de aluguel (1 milhão e 524 mil), responsável por 61,4% do déficit habitacional da região. No ano anterior o percentual era de 60,8%.

Na região Sudeste, o estado de São Paulo apresentou déficit de 1 milhão e 337 mil habitações em 2015, seguido por Minas Gerais (575 mil), Rio de Janeiro (460 mil) e Espírito Santo (109 mil). Em termos relativos, os indicadores foram 8,8% (São Paulo), 8,1% (Minas Gerais), 7,8% (Rio de Janeiro) e 8% (Espírito Santo).

Em 2015, São Paulo apresentou o maior número de residências com ônus excessivo de aluguel (801 mil), seguido por Minas Gerais (330 mil). Os dois estados tiveram também os maiores valores de coabitação familiar do país: 326 mil e 209 mil respectivamente. (FJP, 2015)

Déficit nas Regiões Metropolitanas:

O comportamento do déficit habitacional nas nove regiões metropolitanas foi similar quando 2015 e 2014 são comparados. Em termos absolutos, apenas a RM de Curitiba apresentou redução na carência de moradias. Nas demais, o déficit habitacional aumentou. A RM de São Paulo apresentou déficit de 639 mil moradias em 2015, seguida pela do Rio de Janeiro (340 mil), de Belo Horizonte (158 mil), de Fortaleza (147 mil) e de Salvador (139 mil). Em termos relativos, apenas a RM de Curitiba apresentou redução no déficit habitacional entre 2014 e 2015.

O ônus excessivo com aluguel tem papel preponderante na composição do déficit habitacional nas regiões metropolitanas. É exceção apenas na RM de Belém, onde a coabitação familiar é o componente com maior expressividade (63,9%). O ônus excessivo com aluguel em 2015 representou mais de 60% da composição do déficit habitacional nas RM de Recife (61,5%), do Rio de Janeiro (66,5%) e de Curitiba (60,1%). (FJP, 2015)

Nos 5.570 municípios que existem no Brasil, poucas cidades não possuem uma parcela significativa da população em condições precárias (IBGE, 2018).

1. Segregação e espoliação urbana – do que se trata?

De acordo com Kowarick (1993) “o problema habitacional não pode ser analisado isoladamente de outros processos socioeconômicos e políticos mais amplos”. Pois ao tratar do fenômeno da *espoliação urbana*, o autor diz que a sociedade é caracterizada pela falta, como por exemplo, a falta de emprego, moradia entre outros elementos que influencia na vida das pessoas. Para ele:

[...]espoliação urbana: é somatório de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, apresentados como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência, e que agudizam ainda mais a dilapidação realizada no âmbito das relações de trabalho. (KOWARICK, 1993, pág. 62)

Partindo de tal afirmação, pode-se afirmar que o Estado atua fortemente como agente modelador do espaço urbano, principalmente quando se trata de uma parcela da população que é menos favorecida economicamente.

No caso do processo de reassentamento da população para o Conjunto habitacional Tapera III, o terreno destinado à construção do mesmo, contou com uma área de 270 mil metros quadrados. A prefeitura pretendia, inicialmente, construir 900 casas e um hospital de pequeno porte neste conjunto. Conforme mostram as Figuras 1 e 2. Porém apenas 504 foram entregues.

Figura 1. Planta de implantação do conjunto habitacional.



Fonte: Trabalho de Campo junto às Secretarias de Desenvolvimento Humano e Social e Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes-RJ, Maria Carolina, 2019

Figura 2. Planta de implantação do conjunto habitacional e do hospital.



Fonte: Trabalho de Campo junto às Secretarias de Desenvolvimento Humano e Social e Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes-RJ, Maria Carolina, 2019

De acordo com Rolnik, 2009 foi a partir dos anos de 1990 que teve início no Brasil, o debate sobre as políticas urbanas, direto à moradia e à cidade, esse debate só começou a ser incorporado devido à nova Constituição de 1988, nesta há um capítulo que se destina exclusivamente à política urbana. Durante o período do final da década de 80 e início da década de 90, ocorreu também a descentralização do poder federal, o que impulsionou a autonomia dos municípios.

A autonomia dos municípios dá margem a dois caminhos, que nos leva a pensar sobre as faces da mesma moeda, após a promulgação da constituição de 1988, ocorre o fortalecimento dos poderes locais, e a privatização de áreas públicas, o que converge a gestão pública para uma lógica territorial segregacionista. Pois, se por um lado, a autonomia da gestão da cidade leva a pensar em uma gestão que inclua e atenda mais as demandas populares, por outro, é fonte de tensões, que têm relação direta com a lógica do capitalismo, onde amplia-se o caráter predatório, e o território passa a ser visto como uma mercadoria, que pode ser vendida e comprada, porém quem compra a terra urbana, principalmente os grandes lotes localizados próximos ao centro das cidades, é quem possui muito dinheiro. Corrêa (1989) diz que:

[...], o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes; [...]. Mas o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como

também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente. (CORRÊA, 1989, p. 8)

O lançamento do programa habitacional, o “Morar Feliz” na cidade de Campos, teve o intuito de reorganizar o espaço urbano e “melhorar” a paisagem na cidade, devido aos novos empreendimentos que estavam chegando na região, rearranjaram as famílias que habitavam diferentes bairros da cidade, com diferentes qualificantes. A justificativa oficial para as remoções dessas famílias foi que os lugares onde residiam tratavam-se de “áreas de risco”. Sendo que, nem sempre esse discurso condizia com a realidade local, e para a implantação das obras, ocorreram diversos conflitos e protestos, como uma forma de lutar pelo seu direito de permanecer no seu território de origem.

Segundo a gestão responsável pela elaboração e implantação do programa², o “Morar Feliz” foi o maior projeto habitacional do país desenvolvido para um município. O projeto tinha por objetivo assegurar às famílias o direito e acesso a moradias “dignas”.

2. Uma contextualização das políticas sociais no Brasil em meio ao cenário macroeconômico e social.

Durante o primeiro mandato do presidente Lula (2002 – 2006), o cenário econômico do país era considerado muito bom, tendo em vista que se manteve a política econômica neoliberal que era adotada pelo presidente anterior. No final do primeiro mandato do governo Lula, surgiram as primeiras denúncias de corrupção, que ficou conhecido como “Mensalão”. Mesmo com esses casos de corrupção, o presidente Lula foi eleito para o segundo mandato frente a presidência (2006 – 2010).

Em 2007 a economia mundial crescia, a inflação estava controlada e a taxa de desemprego diminuiu. A taxa de crédito estava alta, o sistema financeiro também se ampliava o que impulsionou a expansão dos programas sociais e de distribuição de renda. O salário mínimo também aumentou e, nesse aspecto, as desigualdades sociais diminuíram. Políticas de inclusão de renda também impulsionaram no tamanho do mercado interno e do poder de compra de grupos sociais excluídos, elevando o Brasil à sexta maior economia do mundo.

² A gestão de Rosângela Barros Assed Matheus de Oliveira, conhecida popularmente com o nome de Rosinha Garotinho durou 8 anos (2009 – 2016). Dados coletados em 09/11/2020 (internet) . Informações disponíveis em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rosinha_Garotinho.

No ano de 2008 ocorreu uma grande crise econômica nos Estados Unidos, o que faz com que o preço dos imóveis começasse a cair e a população não pudesse honrar seus financiamentos. O sistema de créditos mundial parou, isso trouxe impactos para a economia brasileira, mas, ainda assim, em 2009, a economia nacional volta a crescer com o mundo ainda em recessão. O cenário econômico do segundo mandato do presidente Lula e seus preceitos econômicos eram completamente diferentes do primeiro. Foi nesse ano também que foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida, um programa habitacional do governo Federal em parceria com a Caixa Econômica Federal que oferece condições variadas de acesso ao financiamento de moradia para famílias com baixa renda, desde as faixas contempladas com subsídio total do Estado, até as diversas faixas de abatimento via subsídio nos financiamentos junto às instituições financeiras. Os estados e municípios também foram parceiros do programa, como foi o caso de Campos dos Goytacazes. O Morar Feliz foi um programa parcialmente viabilizado por meio de verba do governo federal.

Mesmo com a estagnação da economia, em 2010 Dilma Rousseff foi eleita presidente da república como sucessora de Lula. Dilma já chega à presidência em meio à desaceleração da economia além de uma inflação mais alta do que as fixadas pelo próprio governo, mesmo assim, as políticas sociais são mantidas e até intensificadas.

De acordo com a série de documentários Economia Brasileira – A História Contada Por Quem a Fez, o governo Dilma é considerado bem mais interventor no aspecto econômico, com isso é promovido o “Capitalismo de Estado”, onde é o Estado que é o promotor e investidor é o Estado que controla. É a ideia do Estado intervindo no funcionamento dos mercados o que gera uma dissociação entre a classe econômica e o governo.

Devido a isso, o governo lança uma série de concessões na área de infraestrutura no âmbito do chamado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)³, pois o governo

³ “Criado em 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável. (...)”

Pensado como um plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país, o PAC contribuiu de maneira decisiva para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda, e elevou o investimento público e privado em obras fundamentais. (...)”

Teve importância fundamental para o país durante a crise financeira mundial entre 2008 e 2009, garantindo emprego e renda aos brasileiros, o que por sua vez garantiu a continuidade do consumo de bens e serviços, mantendo ativa a economia e aliviando os efeitos da crise sobre as empresas nacionais. (...)”

alegava não ter mais condições, ou até mesmo, não possuía mais interesse de arcar com a infraestrutura de rodovias, por exemplo, a partir daí, o setor privado passa a atuar fortemente.

Ainda de acordo com a série, foi também no governo Dilma que o tripé macroeconômico começa a se quebrar, pois a taxa de juros estava elevada, além da falta de controle da inflação, esses impactos levaram a população ir às ruas em atos de manifestação, como por exemplo, as “Jornadas de Junho” (2013), o motivo inicial para tal ocorrer foi o aumento da tarifa dos ônibus, no entanto, outras reivindicações vieram à tona como, saúde, educação, segurança e contra a Copa do Mundo FIFA no Brasil que ocorreu em 2014. O movimento aglutinou em torno de insatisfações históricas da população com o Estado que explodem no fim do terceiro mandato do governo do PT. Mesmo com as “Jornadas de Junho” e a insatisfação de uma parcela da população, em 2014 Dilma Rousseff é reeleita.

O segundo mandato da presidente Dilma é marcado por um péssimo cenário econômico, em 2015, iniciam-se as denúncias de crime por responsabilidade fiscal. E em agosto 2016 a presidente sofre *impeachment*.

3. A inserção de Campos no cenário macroeconômico nacional

O município de Campos dos Goytacazes ao longo do tempo desenvolveu um papel extremamente importante para o cenário econômico nacional e estadual. Inicialmente devido as riquezas geradas pela cana-de-açúcar, a atividade açucareira durou por aproximadamente quatro séculos. Com o passar do tempo, a cidade não desempenha mais tanta importância assim no cenário econômico. A agroindústria da cana-de-açúcar perdeu força na produção e também na distribuição, e com o passar do tempo muitas usinas faliram. Atualmente, o que movimenta grande parte da economia do município é a verba proveniente dos *royalties* do petróleo, produto da extração natural e do gás natural da

Em 2011, o PAC entrou na sua segunda fase, com o mesmo pensamento estratégico, aprimorados pelos anos de experiência da fase anterior, mais recursos e mais parcerias com estados e municípios, para a execução de obras estruturantes que possam melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras. (...) Neste novo período, se destaca como um programa consolidado, com uma carteira de cerca de 37 mil empreendimentos e volume de investimentos expressivo. Essa é a essência de um programa sequenciado de obras que gera desenvolvimento e oferece melhor qualidade de vida aos brasileiros. Continuar apostando na conclusão dos projetos e obras de infraestrutura em todos os setores nos próximos anos é o grande desafio do PAC, só assim será possível entregar a cada cidadão um país melhor para se viver. (Informação Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>, acesso em 14 de nov. de 2019)

bacia de Campos. Porém, com a nova redistribuição da verba até 2024, Campos acabou ficando “de fora” o que leva a necessidade de um redirecionamento da economia local. Pois a cidade ficou completamente dependente dessa verba, sendo está considerada imprevisível, tendo em vista que o Petróleo é um recurso finito.

O município passou por um processo de crescimento que foi impulsionado na última década, devido a instalação do complexo logístico e portuário do Açú, no município de São João da Barra, além do aumento da exploração petrolífera na bacia de Campos, outro fator que contribuiu para o crescimento e expansão do município, foi a criação de programas federais como o “Minha Casa Minha Vida”, cujo objetivo era incentivar a compra da casa própria financiado pela Caixa Econômica Federal, essa política, foi instaurada também pelo município de Campos, fazendo com que se expandisse a produção imobiliária, gerando contratos com construtoras incorporando novos empreendimentos em escala local.

De acordo com (RAMOS, 2016) a partir de meados da década de 1970, o Norte Fluminense iniciou um importante processo de transformação na sua biografia econômica. Devido a descoberta de um lençol petrolífero, que ocupa uma faixa quilométrica ao longo do litoral do Brasil. A camada de pré-sal foi descoberta pela Petrobras em 2006, uma área que merece ser destacada é a bacia de Campos, pois é considerada uma das maiores reservas de petróleo do território nacional, esta estende-se do norte da bacia e Campos no estado do Rio de Janeiro, e vai até o sul da bacia de Santos no estado de São Paulo. Devido essa descoberta, ocorreram várias transformações não somente no caráter econômico, como também nos aspectos políticos e sociais.

De acordo com (RAMOS, 2016) no que tange o crescimento econômico de Campos, podemos dizer que, os *royalties* proporcionaram um grande aumento de arrecadação tanto na esfera municipal quanto na estadual, pois o repasse das verbas oriunda do mesmo, elevou a geração do número de empregos formais, além de investimentos em infraestrutura em alguns municípios do Norte Fluminense. A exemplo, São João da Barra, Macaé e Quissamã.

Devido essa descoberta, chegaram novas atividades na Região Norte do estado do Rio, com isso, surge também uma nova dinâmica aos municípios, Campos passa a ser uma cidade considerada agroindustrial, a população da cidade cresceu. Mediante isso, ocorreram fortes transformações sociais no município, e essas transformações se

consolidaram de forma segregacionista, onde as classes menos favorecidas foram removidas para áreas afastadas do centro do município.

Dentre as casas que foram entregues a população, de acordo com a prefeitura, mais de 6.500 casas do programa, foram construídas com recursos dos *royalties* do petróleo. De acordo com informações do site oficial da prefeitura, o Programa Morar Feliz atendeu mais de 5,5 mil pessoas, estas foram beneficiadas com mais de 1.496 casas do Programa Minha Casa, Minha Vida, em virtude de um contrato, “parceria” feita entre o município e o governo federal, que viabilizou a construção de dois conjuntos habitacionais, um no Parque Santa Rosa e outro no Parque Aeroporto, ainda de acordo com o site, foram construídas nesses conjuntos respectivamente 900 e 600 casas. Para a viabilização das construções desses dois conjuntos habitacionais, a prefeitura assumiu algumas despesas, como, as equivalentes às obras de terraplanagem e infraestrutura. Além disso, a prefeitura também alega ter assumido as parcelas de responsabilidade dos mutuários que fecharam contrato com a Caixa Econômica Federal.

Alguns conjuntos habitacionais, contam com infraestrutura que a prefeitura alega ser completa, pois possuem praças para a interação e convívio social, mas apenas dois conjuntos contam com esses recursos, que é o caso do Tapera II e do Eldorado.

Para a realização das obras dos conjuntos habitacionais, o programa foi dividido em duas grandes fases de execução. A primeira fase ocorreu entre os anos de 2010/2012 e foram entregues (5.426 domicílios), já na segunda fase, ocorreu entre os anos de 2012/2015 e visava construir (4.574 domicílios) segundo informações da prefeitura, porém de acordo com a Secretaria Municipal de obras do município, apenas (708 domicílios) foram entregues.

Atualmente, encontramos presentes na paisagem da cidade de Campos dos Goytacazes, um total de 18 conjuntos habitacionais somando às obras da 1ª e 2ª fase. São eles: Travessão, Parque Prazeres I, Parque Prazeres II, Santa Rosa, Tapera I, Tapera II, Tapera III (sendo que as obras não foram concluídas), Eldorado I, Eldorado II, Eldorado III, Jockey, Penha, Parque Aldeia, Lagoa das Pedras, Parque Esplanada e Penha como veremos mais adiante na (Figura 4).

Podemos afirmar que todos os conjuntos implantados no município, localizam-se nas áreas periurbanas da cidade, ou seja, afastadas do centro comercial e do centro

histórico da cidade, apontando para uma ocupação de zonas e expansão (Figura 4) urbana via incorporação de terras ao solo urbano.

Figura 3. Mapa vetor de expansão do solo urbano



Boulevard Shopping em azul, em perspectiva ao vazio urbano das Terras da Usina do Queimado (em vermelho). Em amarelo, a área central urbana e região da Pelinca, concentradoras de investimentos. Em verde, localização da Favela da Margem da Linha

Fonte: Google Earth. Adaptado a partir de Faria e Gomes (2012: 05)

Vemos a intensificação de ocupações nas franjas do município a partir de 2006. O processo de ocupação dessas áreas, surgiram partindo de uma lógica hierárquica econômica e social, onde pode-se notar a forte influencia do Estado enquanto agente modelador do espaço urbano. A partir de 2010, começa a construção e entrega das casas do programa habitacional "Morar Feliz" intensificando a periferização conduzida pelo Estado, via habitação social.

O programa Morar Feliz realizou um processo de segregação pelas bordas do município. Para Lefebvre (2001) os conjuntos habitacionais de maneira geral, servem para segregar para as bordas do sistema urbano, e diz onde é o lugar daquele grupo de pessoas a partir do planejamento, e de como este compartimenta o local para habitar. Ainda de acordo com Lefebvre (2001) o Habitat está associado ao espaço social, que não suprime as diferenças, mas que dá suporte e supre a necessidade que o indivíduo possui de uma habitação, em contra partida, o habitar encontra-se acima do habitat, o habitar está imbricado a uma questão de individualismo Ou seja, é o poder público em parceria com o setor privado que determina onde é o lugar que determinados grupos de pessoas podem habitar. Corrêa (1989) nos diz que:

A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel. Este é um dos mais significativos sintomas de exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente: correlatos a ela estão a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou subemprego mesmo o emprego mal-remunerado. (CORRÊA, 1989, p.29)

De forma indireta, quando foi realizado o processo de remoção das famílias da comunidade da Margem da Linha para o conjunto habitacional Tapera III, o que foi dito à sociedade nas entrelinhas foi: *“olha, aqui não é lugar para vocês, e nós sabemos que o melhor para vocês é ir morar no lugar X”*, porém com esse discurso de “ser melhor”, cabe questionar. É melhor para quem? Do ponto de vista de quem? Sob quais argumentos?

Como já foi apontado, o processo de segregação urbana consiste em um processo marginalização das classes sociais menos favorecidas e no adensamento destes nas áreas mais afastadas dos centros. O que fomenta ao passar dos anos, aglomerados populacionais em áreas distantes dos seus locais de trabalho e aumenta as demandas por transporte, por exemplo. Todavia, na maioria das vezes esses aglomerados não dispõem da infraestrutura necessária, bem como equipamentos essenciais de uso coletivo que garantam educação, lazer, saúde.

De acordo com Lúcio Kowarick (1993) com o passar dos anos, a questão da habitação passou a ser resolvida por meio das relações capitalista do mercado. Desde então, manifesta-se no cenário urbano as periferias. Nessas periferias residem os trabalhadores que movimentam o sistema. Pois ainda segundo ele, a acumulação capitalista e a especulação imobiliária andam juntas, os trabalhadores passaram a habitar os locais fora dos interesses mobiliários.

A segregação urbana fortalece e legitima o discurso do Estado, como no caso de Campos que é o discurso da área de risco. Esses discursos se consolidam porque as camadas populares não costumam se organizar para se defender. Assim, cada vez mais nos deparamos com os processos de remoção e reestruturação das cidades quando determinados investimentos vão chegando. Corrêa (1989) diz que:

A atuação espacial dos promotores imobiliários se faz de modo desigual, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista. E, na medida em que em outros setores do espaço produzem conjuntos habitacionais populares a segregação é ratificada. (CORRÊA, 1989, págs. 23-24)

Partindo dos estudos de Kowvarick (1993: pág. 59), “o problema habitacional não pode ser analisado isoladamente de outros processos socioeconômicos e políticos mais amplos”. Os problemas habitacionais carregam consigo um conjunto de fatores específicos. Principalmente no sistema capitalista, onde o Estado atua para atender seus interesses particulares.

Podemos dizer que falta de moradia não poder ser analisada fora dos aspetos políticos e econômicos, devido ao valor mercantil que é atribuído à terra (solo), e não só a isso, como também a forte influência do setor público na tomada de decisões.

Para Harvey (1980) a ideia de solo, principalmente no cenário urbano é tido como uma mercadoria do sistema capitalista. Pois o solo é um recurso finito que não pode ser trocado nem tão pouco deslocado, e a sua troca e distribuição não ocorre como outras mercadorias. O fato do solo não poder ser produzido é um forte impulsionador para que este se torne uma mercadoria, e que tende a ser monopolizada e isso é um grande problema quando pensamos no valor de uso e de troca para aqueles que menos dispõe de capital, porém que necessitam usar o solo urbano para se reproduzir socialmente.

Harvey (1980) diz que o solo enquanto mercadoria traz consigo vários debates, e um deles é sobre as questões de segregação, luta e o direito à permanência no solo. Pois o solo enquanto mercadoria a mesma medida em que ele produz riqueza, ele também segrega e expulsa. Este solo visto como mercadoria, relaciona-se ao valor de troca da lógica mercantil, o solo é considerado apenas como uma mercadoria como outra qualquer, o que não é levado em conta as relações sociais que ocorrem no espaço. Devido o solo ser um elemento fixo, e suas trocas não se dão pelo deslocamento, favorece a monopolização. Pode-se dizer que o que diferencia o solo das demais mercadorias é o seu tempo de vida útil.

4. A habitação popular “padrão” – sua abordagem formal/institucional

Pode-se dizer que a sociedade brasileira é frágil. De acordo com Kowarick:

A ideia de tal fragilidade adquire novas dimensões quando se aponta para o fato de que as camadas populares não apresentam formas de autodefesa no que diz respeito à preservação de bens e serviços urbanos de caráter básico: transportes, habitação, saneamento etc. nesse particular o fenômeno atual mais flagrante talvez seja a expulsão das camadas pobres para a periferia da cidade, quando investimentos públicos e privados valorizam determinadas áreas. (KOWARICK, 1993. págs. 25-26)

O processo de formação das cidades se dá em um âmbito marcado pela diferenciação econômica, onde as classes menos favorecidas da população, sofrem constantemente com o caráter de segregação sócio-espacial, principalmente quando se trata de acesso a serviços público básico. Engels (2010) já analisava o desenvolvimento e o surgimento da cidade capitalista, apontando para a diferenciação no processo de ocupação do espaço urbano. As populações mais empobrecidas são obrigadas a viverem nas áreas consideradas “piores” na cidade. Engels considera que o processo segregacionista ocorre como um processo intencional do Estado, pois a localização de bairros operários, ou no caso da presente pesquisa, os bairros destinados a implantação dos conjuntos habitacionais, são áreas, à princípio, de pouco interesse econômico.

De acordo com Oliveira e Pedlowski (2012, p.658) uma das formas mais evidentes da segregação sócio-espacial é a diferenciação no acesso à habitação. O déficit habitacional faz com que as famílias menos favorecidas economicamente não possuam condições mínimas para a sua subsistência como, saneamento básico, transporte e segurança.

O Estado possui uma forte influência quando se trata de modelar o espaço urbano. Porém a sua intervenção em políticas habitacionais, não dá conta de suprir as demandas de acesso à moradia a toda população que realmente precisa. Ao contrário do que se espera, podemos dizer que as políticas habitacionais possuem um caráter segregacionista.

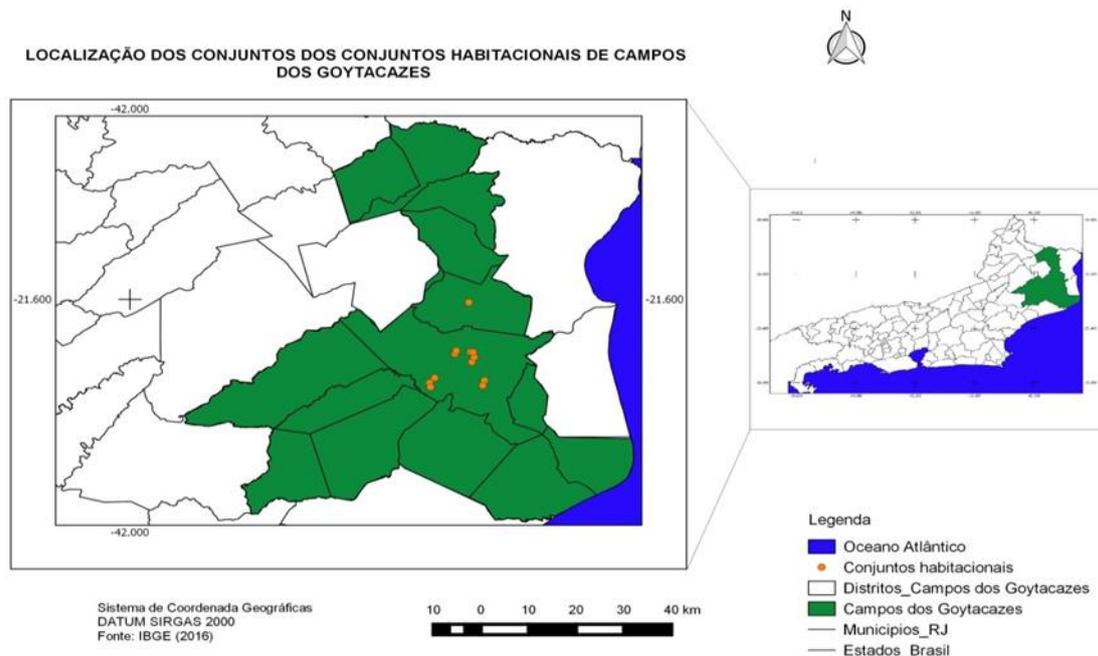
De acordo com Souza e Rodrigues (2004) o Estado capitalista está a serviço das classes dominantes, ou seja, o planejamento urbano é feito pelo Estado capitalista, imediatamente o planejamento urbano é realizado para atender e beneficiar a classe dominante.

A política habitacional municipal da cidade de Campos dos Goytacazes, o “Morar Feliz”, nega o direito à cidade aos moradores que habitam esses conjuntos, devido à sua implantação nas áreas mais afastada do centro, ou seja, nas franjas urbanas da cidade. Onde já havia um pequeno adensamento urbano, de forma que, com a implantação dos conjuntos nessas áreas aumentou a segregação, pois mantêm-se as desigualdades sociais.

Os bairros que são destinados a implantação e construção destes conjuntos habitacionais, geralmente são afastados do centro urbano da cidade. Tendo apenas

pequenos comércios, mais voltados para necessidades básicas da população, como por exemplo, mercados, hortifrutis, padarias e açougues ver (Figura 4).

Figura 4. Localização dos conjuntos habitacionais do programa “Morar Feliz” no município de Campos no mapa do estado do Rio de Janeiro.



Mapa: Elaborado por Maria Carolina, 2018, com software ArcGis e dados do IBGE (2018)

Como já foi comentado, esses bairros onde foram implantados os conjuntos habitacionais possuem um caráter segregado além de disso, pode-se ressaltar que nesses bairros há um predomínio de população de baixa renda, devido a isso, surge a ideia de fragilidade da sociedade como pode ser visto em Kowarick (1993).

A ideia de tal fragilidade adquire novas dimensões quando se aponta para o fato de que as camadas populares não apresentam formas de autodefesa no que diz respeito à preservação ou conquista de bens e serviços urbanos de caráter básico: transportes, habitação, saneamento etc. Nesse particular, o fenômeno atual mais flagrante talvez seja a expulsão das camadas pobres para a periferia da cidade, quando investimentos públicos e privados valorizam determinadas áreas.[...] obras causam enorme especulação imobiliária nas áreas afetadas e o resultado final: os pobres saem e os ricos entram sem que haja, por parte daqueles que perderam, a possibilidade de defender seus interesses. (KOWARICK, 1993, págs. 25 – 26)

Esses trabalhadores são moradores do próprio bairro geralmente, que se submetem ou são submetidos a trabalhar em condições precárias, pois por serem conhecidos, não possuem vínculo formal empregatício. Ou seja, não possuem carteira assinada, com isso,

tem seus direitos legais negados, como por exemplo, as férias, décimo terceiro salário, licença maternidade etc.

As condições de habitação e de vida são muito precárias em uma parte do conjunto habitacional. Pois algumas famílias que residem no mesmo sobrevivem em péssimas condições.

Com relação as condições de vida, muitas pessoas encontram-se trabalhando no mercado informal, a renda da família é dos “biscates” desempenhado por um integrante da família. As mulheres na maioria das vezes são responsáveis pelo trabalho doméstico. Mas também há aquelas que realizam trabalho como diaristas em algumas casas de famílias de classe média.

Já no que tange as habitações, pode-se dizer que são precárias. Pois as famílias ocuparam as casas sem instalação de esgoto e água, luz e até mesmo sem portas e janelas, o que deixa as famílias ocupantes sem condições básicas de sobrevivência e de segurança.

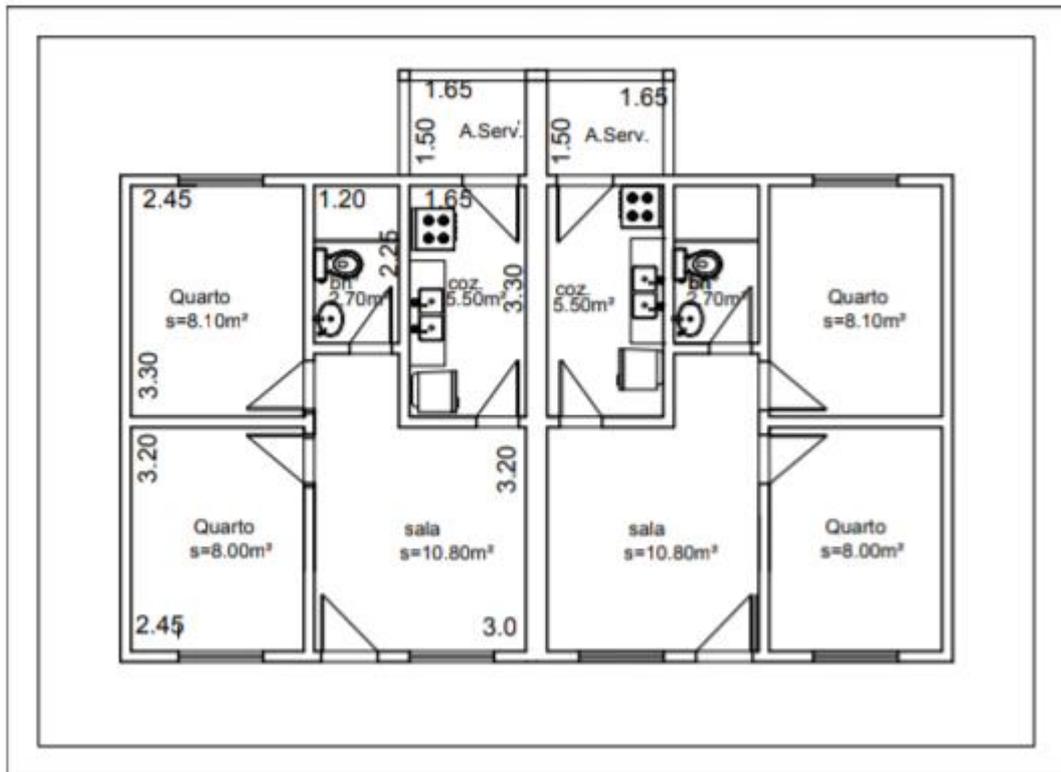
Oliveira e Pedlowski (2012) enxergam o programa habitacional do município como “ilhas sociais” essas ilhas são promovidas pelo poder público porque mantêm a classe menos favorecida nas zonas periféricas da urbanização.

Segundo Souza (2005, p. 217) o poder público, de acordo com alguns interesses específicos, atua como agente modelador do espaço das cidades o tempo inteiro. Pois contribui para a fragmentação nas cidades.

Esse caráter regulador do Estado pode ser notado na imagem a seguir (figura 5), pois ela mostra a planta padrão das casas de todos os conjuntos habitacionais presentes no município de Campos.

As casas possuem uma área total de 43,08 m² e dispõem de dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço (Figura 5).

Figura 5: Planta padrão de duas casas geminadas dos Conjuntos Habitacionais



Fonte: Marise da Silva Soares, 2019.

De acordo com Corrêa (1989), o Estado enquanto um agente modelador do espaço urbano, atua na organização da cidade, refletindo e gerando impactos diretamente na dinâmica da sociedade, das classes populares tomou a iniciativa, num período do auge da expansão econômica da região Norte Fluminense. Nesse período grandes empreendimentos logísticos estavam se fixando na região, o poder público municipal “decidiu” criar grandes núcleos de habitações populares em parceria com o setor privado, porém com recursos próprios da prefeitura. De acordo com Souza e Rodrigues: “Diferentemente do planejamento, a gestão é uma atividade que remete ao presente, ao aqui e agora. Ela é a administração de determinadas situações dentro de uma conjuntura, com os recursos disponíveis no presente tendo em vista as necessidades imediatas. [...] (SOUZA e RODRIGUES, pág.16,2004).

A prefeitura tinha um discurso legitimador de remoção de pessoas que habitavam “áreas de risco”⁴. Porém, o poder público local se apropriou desse discurso para realizar

⁴ De acordo com o secretário da defesa civil, Henrique Oliveira, e o Plano de Contingência de Proteção da Defesa Civil (PLANCON) do município, os planos são as ferramentas principais na preparação para emergências e desastres e envolvem as seguintes ameaças: inundações, enxurradas, alagamentos, estiagem e deslizamentos de solo ou rocha. Ainda segundo Henrique de Oliveira, tem em vista a eliminação de várias

outras remoções de acordo com seus interesses políticos econômicos. Nesse sentido, o Estado não atua de forma neutra, e sim, com caráter complexo de interesses diversos de exploração capitalista, cujo objetivo é atender os interesses da elite.

O processo de “limpeza urbana” e afastamento dos pobres da área de expansão do capital já é antigo no Brasil. Porém, ocorreu uma intensificação a partir da década de 50, de acordo com Souza e Rodrigues (2004):

[...] O planejamento conservador quase sempre viu a favela como um ‘câncer’ que precisa ser extirpado da cidade. Entre o final dos anos 60 e meados dos anos 70, foi posto em prática no Rio e Janeiro um imenso programa de remoção de favelas (localizadas principalmente na Zona Sul, que, com suas belas praias, é a ‘parte nobre’ da cidade) que tinha como objetivo resolver os problemas dos moradores da classe média e da elite, assim como, principalmente, do capital imobiliário – e em momento algum se pensou em levar em conta os desejos dos próprios moradores das favelas a serem removidos. [...]. (SOUZA e RODRIGUES, págs. 10-11)

Para Souza (2011) a terra urbana e a habitação são objetos de interesse generalizado, que envolve agentes sociais com e sem capital, formal ou informalmente organizados. Estabelecendo uma tensão, em torno da terra urbana. A produção do espaço urbano sob uma lógica capitalista incorpora as ações e a necessidade da sociedade. Ainda de acordo com o autor, a produção do espaço “é quando a propriedade privada invade-a de forma definitiva, redefinindo o lugar de cada um no espaço, numa prática sócio-espacial limitada pela norma, como maneira legítima de garantir acessos diferenciados”.

No entanto, esses grandes núcleos foram construídos afastados da cidade, pois como o caso da BR101, havia residências às margens da BR, no entanto com habitações às margens de uma rodovia tão importante, emerge conflitos e debates no âmbito da produção do espaço urbano e do uso e renda da terra. De acordo com Corrêa (1989) baseado em Lefebvre (1976), as ações dos agentes modeladores do espaço urbano ocorrem dentro de bojo jurídico e político. Tais ações não ocorrem de forma neutra, mas refletem diretamente o interesse dominante. Mesmo que haja conflitos de interesses, existe também comum interesse em alguns aspectos, um deles é a *renda da terra*. Partindo da lógica capitalista, a atuação desses agentes baseia-se na relação de produção capitalista, que está imbricado diretamente no processo de acumulação capitalista, que se

áreas de riscos, a partir de programas, como Morar Feliz, Bairro Legal e Meu Bairro é Show, além de outras obras estruturantes realizadas pela Prefeitura e inserção de outras em função das alterações climáticas, instalação de indústrias e outros.

dá por meio de posse e do controle da terra urbana. Também podemos citar a expansão urbana, que vem ocorrendo, como a implantação de grandes empreendimentos que vêm sendo implementado às margens da rodovia BR-101. O setor imobiliário é um grande agente modelador do espaço, pois é responsável por guardar grandes áreas para a especulação imobiliária.

Como vimos na imagem anterior (Figura5), a planta da casa é padrão⁵ para atender todas as famílias que foram removidas para as casas do programa. Porém esse tamanho de casa é ideal para atender famílias de até 4 ou 5 pessoas. Todavia, muitas famílias são compostas de mais de 4, ou 5 pessoas, nestes casos a casa já não atende em condições de habitabilidade consideradas adequadas.

A moradia é indispensável para a vida humana, pois a moradia se configura como necessidade básica humana. Na Constituição da República Federativa do Brasil artigo 6º aborda sobre o direito do ser humano à moradia, a criação dessa Ementa Constitucional, representa o direito à moradia e incumbência que Estado possui para assegurar esse direito.

Mesmo sabendo que a habitação é de suma importância para a reprodução e subsistência humana, e que poucos possuem uma moradia digna, ainda há muitos debates que precisam ser feitos, se faz necessário a reformulação e a criação de novas legislações que abordem essa questão tão pertinente que é o tema habitação. Pois atualmente só existe um artigo de lei que aborde esse tema.

Retomando a discussão sobre o tamanho padrão das casas, uma habitação adequada parte muito de um caráter subjetivo, enquanto uma habitação padrão parte de um caráter desejável mínimo. Pode-se afirmar que, o padrão das habitações também pode variar de acordo com a classe social, ou até mesmo de país. Como já comentado anteriormente, a política habitacional no país passou por várias mudanças ao longo do tempo, e as políticas implantadas pelo poder público ainda não conseguiu solucionar os problemas de moradia,

⁵ Conforme o Dicionário Aurélio, significado de Padrão: substantivo masculino. Grandeza modelo para medidas (peso, comprimento, quantidade etc.) de valor determinado e institucionalizado por uma entidade especializada ou com autoridade.

Aquilo que serve para ser imitado como modelo; protótipo (Disponível em <https://www.dicio.com.br/padrao/>).

e através do modelo adotado, gera ainda mais desconforto a população que recebe essas casas.

Antes do processo de remoção, algumas famílias, mesmo residindo às margens de uma linha ferroviária desativada, possuíam casas de boa estrutura, muitas casas eram de grande dimensão, pois estas eram construídas para atender a demanda de acordo com o tamanho da família, a medida que a família ia crescendo, as casas passavam por reformas, cujo objetivo era a ampliação da mesma. Também existiam terrenos multifamiliares e com o processo de remoção, esses pequenos núcleos foram desfeitos, pois nas primeiras etapas de entrega das casas, estas eram distribuídas em ruas seguindo a ordem alfabética.

Ao desmanchar esses pequenos núcleos familiares, acabou também com o sentido de estar próximo que estas famílias possuíam. Além de desfazer alguns laços, o tamanho da habitação é responsável, em grande parte, pelas situações de coabitação e adensamento excessivo e inadequação consequente da moradia (ver Fundação João Pinheiro, 2015).

Apesar dos problemas que foram gerados devido ao modelo de casas adotado pelo poder público, também é preciso ressaltar a melhoria na qualidade de vida de muitas famílias, pois as habitações em que essas residiam antes das remoções deixavam muito a desejar quando o assunto era dignidade. Nestas casos os problemas se acumulavam: precariedade estrutural, adensamento excessivo, coabitação, insalubridade, ônus excessivo com aluguel etc.

5. Programa Municipal Morar Feliz, o Condomínio Tapera III (Ururaí I) e sua origem na Favela Margem da Linha

O tema foi definido a partir da proximidade da pesquisadora de alguns moradores que foram removidos de suas casas na favela Margem da Linha para o conjunto habitacional Tapera III. Durante o processo de remoção foram surgindo vários conflitos sociais e políticos, como o acesso a moradia, acesso a cidade, produção do espaço urbano e também devido a identidade territorial que os moradores possuíam com o lugar anterior de moradia.

O problema se dá devido a ocupação das casas e dos lotes do conjunto habitacional Morar Feliz que não foram entregues à população por conta dos atrasos nas obras. O embate ocorre devido aos conflitos sociais existentes e à luta por acesso à moradia.

O processo de remoção dos moradores da comunidade da margem da linha teve início no ano de 2008, quando a Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social do município iniciou o processo de levantamento do número de habitações que existia na comunidade. Nesse mesmo período, começou a o processo de demarcação das habitações e os comentários sobre a possibilidade destes moradores serem removidos para casas dos conjuntos habitacionais do Programa “Morar Feliz”.

Em 2011, assistentes sociais da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social retornaram à comunidade para um novo levantamento do número de habitações, como a Prefeitura no período já tinha entregue à população outros conjuntos habitacionais, as famílias que residiam na comunidade sabiam que a possibilidade já era uma certeza. E que eles realmente iriam sair dali. Porém, somente cerca de 3 anos depois iniciou-se de fato o processo de remoção dessas famílias. Entre o final de 2014 início de 2015, havia o dobro de casas, parentes começaram a construir casas no mesmo quintal além de casos onde marido e mulher alegavam estar se separando para conseguir ganhar mais de uma casa.

Por meio de estudos locais e o cadastro prévio de famílias a serem removidas e reassentadas no âmbito do programa de habitação municipal Morar Feliz chegou-se à entrega da primeira etapa das casas do conjunto habitacional Tapera III, ou Ururá I, no mês de novembro do ano de 2014, sendo que nem todos os moradores cadastrados na comunidade (alguns efetivamente removidos, tiveram suas moradias anteriores demolidas ou inutilizadas) foram contemplados com a entrega das casas. À medida que as obras das casas eram finalizadas as casas eram entregues aos previamente cadastrados. No entanto, devido à alguns problemas políticos ocorridos no âmbito nacional, que investigava a lavagem de dinheiro, recebimento de propina e fraudes em licitações nas obras, a principal empresa responsável pela construção das casas, a ODEBRECHT Infraestrutura, tornou-se investigada e ré em uma grande operação da polícia federal, a operação “Lava Jato”.

Com o envolvimento da Odebrecht na Lava Jato as obras foram interrompidas, o mandato da gestão em questão acabou e muitas obras ficaram abandonadas. Algumas

casas foram concluídas, mas não foram entregues a população e outras nem chegaram a fase final e, com a paralização das obras, algumas pessoas que residiam na Margem da Linha se mobilizaram e realizaram o primeiro processo de ocupação em meados de 2015. Devido a uma liminar espedida pela justiça estadual? Municipal? Federal? E através do uso de força militar as famílias que estavam ocupando as casas do conjunto habitacional Tapera III foram despejadas.

A prefeitura na época relatou que as casas seriam entregues, com a demora da entrega das casas, houve então um novo processo de ocupação, mas novamente as famílias foram retiradas das casas.

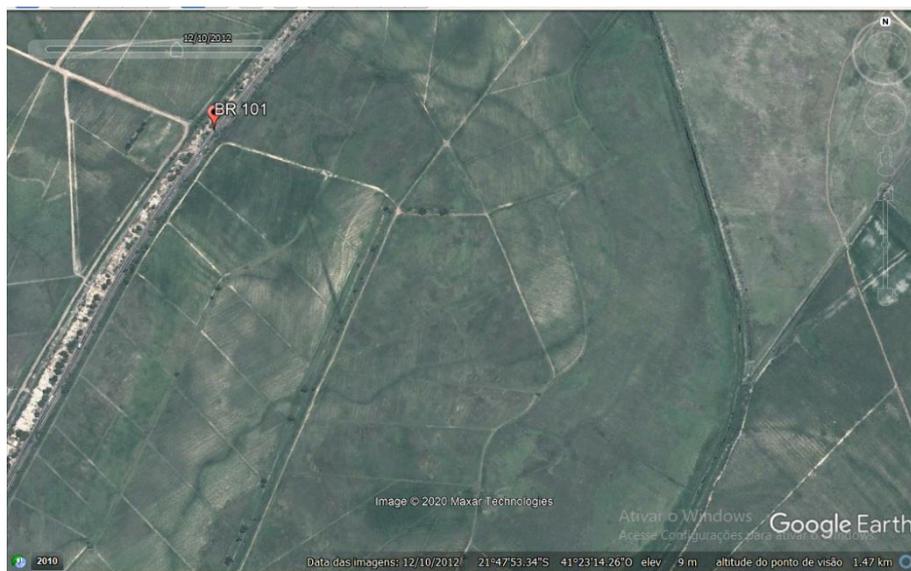
No ano de 2016 ocorreram as eleições municipais e o prefeito que venceu as eleições fazia parte da oposição ao governo até então vigente, que esteve no comando da cidade de Campos dos Goytacazes nos últimos 8 anos. O novo prefeito que assumiu a gestão municipal não retomou as obras sob alegação de um rombo que foi deixado nos cofres do município pela gestão anterior. Então, no início do ano de 2017, sem respostas por parte da prefeitura acerca das suas novas moradias há meses, algumas famílias voltaram a ocupar as casas do condomínio Tapera III por conta própria, mesmo sem qualquer garantia de posse. As casas foram ocupadas, alguns finalizaram obras de algumas casas. Até a presente data, o poder público ainda não trouxe nenhuma resposta para essas famílias acerca de suas moradias. Outros que não conseguiram realizar a ocupação das casas não concluídas passaram a construir no terreno loteado que ficou vago, mas sem início de obras. O número de casas autoconstruídas aumenta progressivamente desde então, já sendo possível avistar a ocupação das margens da BR-101 (a entrada do condomínio, área em que as casas foram finalizadas e entregues de forma regular e com comprimento do cronograma, possui uma distância bem significativa da beira da rodovia). Na Figura 6, mostra o Mapa do conjunto habitacional todo das casas não entregues, os lotes vazios e BR101. Pela imagem é possível ter noção da distância entre as casas e a rodovia.

Figura 6. Mapa do conjunto habitacional Ururáí I – as casas não entregues, os lotes vazios e BR 101.



Com o processo de ocupação e de autoconstrução nos lotes que foram deixados vazios por conta da interrupção das obras, atualmente muitas casas estão sendo erguidas bem mais próximas da margem da BR.

Figura 7. Imagem de como era o terreno antes do início da construção do Conjunto Habitacional.



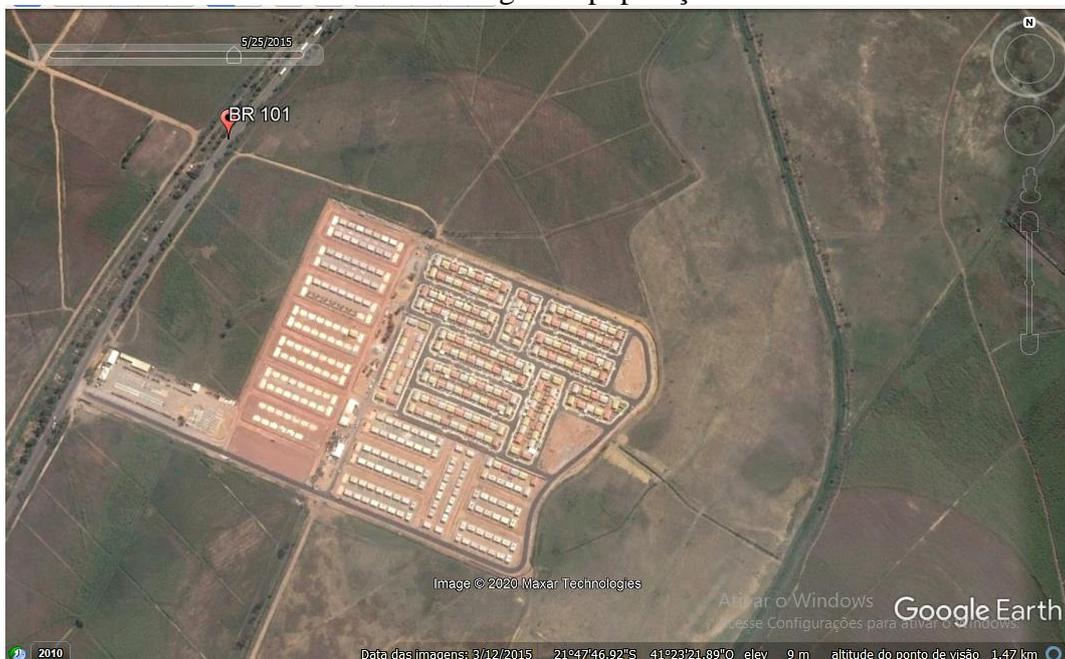
A imagem mostra que a área onde foi implantado o conjunto era uma área de pasto às margens da rodovia, localizada na zona periurbana do município. Já a Figura 8 é uma

imagem de satélite do ano de 2013, pois é quando se inicia o processo de terraplanagem e preparação do terreno para a implantação do conjunto.

Figura 8. Início da preparação do terreno para a implantação do conjunto habitacional.



Figura 9. Primeira fase das obras concluídas, no ano de 2015, quando as primeiras casas foram entregues à população.



Como já comentado anteriormente, podemos perceber esse avanço nas construções a partir das Figuras 10 e 11.

Figura 10. Figura das casas que estão sendo construídas, vistas da BR101.



Fonte: Trabalho de campo, Maia Carolina Albino, 2019.

Figura 11. Casas autoconstruídas indo em direção à BR101.



Fonte: Trabalho de campo, Maia Carolina Albino, 2019.

As dinâmicas das relações sociais e alguns conflitos que ocorrem no conjunto, tem como principal questão a disputa por território, que influenciam direta e indiretamente no aumento da violência urbana. Isso se dá devido à diversos fatores, desde a animosidades de vizinhança até ação organizada de facções criminosas e disputas entre elas. A discussão sobre a questão das moradias e habitações é tratada pelo enfoque da segregação sócio-espacial. Pois o Estado não está interessado de fato na identidade, no valor

simbólico do território e como ele pertence aos moradores, mas sim do valor mercantil que esse território possui.

O Estado capitalista tem progressivamente investido mais e mais, contribuindo para a organização do espaço. Este crescente papel do Estado na organização espacial está ligado às necessidades de socialização dos custos necessários à acumulação do grande capital. A este não compensa mais investir em ferrovias, sistemas de energia, habitação popular etc., ou seja, em atividades pouco remuneradoras. Por outro lado, o investimento feito pelo Estado nestes setores pouco rentáveis barateia os custos dos investimentos do capital nos lucrativos. O Estado, em muitos casos, torna-se empresário, diversificando seus investimentos. CORRÊA, 33

As classes sociais menos favorecidas, vivem sob a tutela do estado capitalista, que detêm de várias práticas que contribuem para a segregação sócio-espacial. O Estado atua diretamente no controle da reprodução, nas forças de trabalho, e determinando inclusive, onde estas classes podem habitar.

De acordo com Rolnik (2018) o planejamento urbano está associado a questão de interesses do mercado imobiliário Essa lógica de mercado destina os maiores lotes de terra privado para quem pode pagar mais, já que não pode pagar ou pode pagar menos por esses lotes está “fora do jogo”. O planejamento urbano deveria funcionar como uma forma de garantir ao pobre, que não pode pagar por um lote de terra, habitação, ou seja, criando habitação popular, para que o pobre pudesse ter acesso a cidade. As habitações populares localizam-se em áreas afastadas do centro urbano. Para (Maricato,2003):

O Processo de Urbanização brasileiro deu-se, praticamente, no século XX. No entanto, ao contrário da expectativa de muitos, o universo urbano não superou algumas características dos períodos colonial e imperial, marcados pela concentração de terra, renda e poder, pelo exercício do coronelismo ou política do favor e pela aplicação arbitrária da lei. (MARICATO, 2003, pág.151)

De acordo com Maricato (2001 pág.151) o processo de urbanização no Brasil se deu de fato no século XX.

No entanto ao contrário da expectativa de muitos, o universo urbano não superou algumas características dos períodos colonial e imperial, marcados pela concentração de terra, renda e poder, pelo exercício do coronelismo ou política do favor e pela aplicação arbitrária da lei.

Concordando com Maricato (ANO), a casa não se restringe apenas ao local de moradia, mas é, também, construção de identidade, de oportunidades, essas habitações populares estando afastadas dos centros, leva a falta de acesso a cidade, com isso, ocasiona a precariedade das condições necessárias para a subsistência humana. Ainda de

acordo com Rolnik (2018) os conjuntos populares não são construídos fora da cidade sem intencionalidade, muito pelo contrário, há muitos interesses, principalmente no que desrespeita a lógica de mercado. Essas habitações situadas estrategicamente afastada da cidade, faz com que parte da população não tenha acesso à própria cidade.

De acordo com Santos (1986) viver na cidade tornou-se um pesadelo, pois, nem todos desfrutam de emprego, assistência social, moradia, educação, transporte, cultura e lazer. As áreas periféricas se expandem, ocasionado maior segregação espacial, o que dissemina ainda mais a pobreza. (Maricato, 2003) afirma que:

A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer (MARICATO, 2003).

A secreção urbana implica diretamente na marginalização das classes sociais menos favorecidas, de maneira que essa população fique adensada em determinados espaços da cidade. Podemos dizer que, aqui no município de Campos, esse caráter de segregação se intensificou com a criação e implantação dos conjuntos habitacionais.

O caráter segregacionista praticamente a todo momento está relacionado ao processo de luta de classes, quase sempre esses atores sociais que lutam por seus direitos encontram-se nas áreas mais afastadas.

Na cidade de Campos, segundo dados da prefeitura municipal, 18 conjuntos habitacionais voltados para habitação social, ou popular, compõem a estrutura habitacional da cidade. O programa Morar Feliz tinha como objetivo a realocação de famílias que habitavam em áreas de risco. O programa removeu e reassentou diversas famílias para diversos conjuntos habitacionais. Porém o conjunto habitacional em questão, o Tapera III, teve parte das suas obras não concluídas, devido aos escândalos que envolviam a prefeitura e a construtora responsável pela realização das obras.

Pode-se afirmar que, o conjunto em questão, trata-se de um caso peculiar, pois parte das casas construídas, as obras foram concluídas e entregues a população que as mesmas eram destinadas. Uma outra parte das casas, as obras foram realizadas, concluídas, porém não foram entregues a população. Já uma outra remessa, as obras não foram concluídas e nem entregues por parte do poder público à população, o que ocasionou o processo de ocupação dessas casas, ou mesmo de terreno/lotes.

A presente pesquisa buscou trazer discussões sobre o processo de ocupação nas/das casas do conjunto habitacional Tapera III e mostrar como se deu esse processo, tendo em vista as como as ações dessas políticas públicas, impactam diretamente na vida dessas famílias.

Souza (2003) trás à tona um debate sobre o desenvolvimento sócio-espacial que qualifica ainda mais o aqui exposto. E o que seria esse desenvolvimento? É desenvolvimento para quem?

o desenvolvimento é, nos seus termos mas simples um processo de *mudança para melhor*, um processo incessante de busca de mais justiça social e melhor qualidade de vida para o maior número possível de pessoas – e isso exige, tanto em matéria de análise de problemas quanto de formulação de estratégias para a superação dos problemas, não somente a consideração das várias dimensões que compõem as relações sociais mas também uma visão de como essas relações se concretizam no espaço.

De acordo com dados do IBGE, o Brasil é considerado um país predominantemente urbano, que se expande e se urbaniza cada vez mais rápido. Com isso, faz com que cada vez as cidades crescem, com esse crescimento chega também cada vez mais problemas.

Vivemos em uma cidade capitalista, onde as pessoas preocupam-se cada vez mais como valor mercantil, o desenvolvimento é visto como sinônimo de expansão. Vemos isso em Souza (2003):

b) a produção do espaço de uma determinada maneira exclui outras possíveis alternativas, algumas vezes até em caráter permanente, seja devido ao elevadíssimo custo (financeiro e, mais amplamente, para a sociedade) de se reestruturar inteiramente o espaço, seja devido à destruição, muitas vezes irreparável, do patrimônio natural ou histórico-arquitetônico. Mas... não é só o espaço em seu sentido material que condiciona as relações sociais! Também as relações de poder projetadas no espaço (espaço enquanto território) e os valores e símbolos culturais inscritos no espaço (espaço como espaço vivido e sentido, dotado de significados pelos que nele vivem).

E a reflexão sobre o desenvolvimento de fato perpassa esse aspecto, pois no espaço ocorre também relações entre as pessoas. O desenvolvimento deveria levar em

consideração o espaço social, pois o espaço é de acordo com Souza 2003, “produto das relações sociais”.

A comunidade da Margem da Linha passou ao longo do tempo por processos de mudanças espaciais urbanas no município de Campos, a mudança mais recente se deu quando a comunidade foi inserida no programa de habitação popular do município. Devido a esse processo de remoção, ocorreram diversos conflitos de interesses por parte dos moradores e da esfera pública municipal, pois os moradores da comunidade viviam ali há muitos anos e não queriam ser removidos.

A comunidade está situada em uma área de expansão do espaço urbano do município, onde também está se expandindo a dinâmica imobiliária, devido a isso, grandes empreendimentos estão se concentrando nessa parte. E bem no centro disso, está a comunidade, afrontando os interesses públicos e privados no uso do solo. Como por exemplo, a implantação do Shopping Boulevard, alguns condomínios de alto padrão, redes de hotéis entre outros empreendimentos.

A Margem da Linha consiste em uma área de ocupação irregular das terras, consistindo ao longo do tempo por um espaço de moradias de famílias com renda baixa. O que gera um uma espécie de incômodo para a elite, por dois fatores, primeiro porque a comunidade está inserida ali em uma área, onde é atribuído ao solo um alto valor mercantil. Segundo, porque causa incômodo à elite a presença de uma favela em uma área que está sendo supervalorizada.

O programa “Morar Feliz” tinha como previsão inicial a construção de 900 casas no conjunto habitacional Tapera III. Mas somente 504 casas foram entregues, ou seja, 396 casas não foram entregues à população, e vale ressaltar que em entrevista realizada com a Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social, foi informado que 32 casas foram entregues com atraso. Esse atraso e a falta de conclusão nas obras se deu, devido escândalos envolvendo a empreiteira responsável pela construção das habitações e a ex-prefeita do município.

Partido desse processo de ocupação nas/as casas do conjunto habitacional Tapera III, fomos à campo realizar entrevistas para saber o que levou esses moradores a ocuparem essas casas. Segundo dados obtidos através de roteiros de entrevistas, poucos moradores residentes nas casas ocupadas estavam no cadastro da prefeitura. Desses, nenhum tinham interesse prévio em sair da favela Margem da Linha, como mostra parte de uma entrevista

com um morador que estava cadastrado e recebeu uma das 32 casas que foram entregues com atraso.

D. 29 anos, “Eu estava no cadastro da prefeitura, mas não tinha interesse de sair de lá, pois sou cria da comunidade, e quem é cria não quer deixar sua raiz. Moro aqui no Tapera III há 2 anos, sai por causa da remoção. A única vantagem daqui pra mim, são as casas. Já a desvantagem é a falta de uma praça e de ônibus.”

Já outros moradores realmente tinha vontade de sair da Margem da linha, inclusive pessoas que não estavam cadastradas.

C. 32 anos, “Eu não estava no cadastro da prefeitura. Porém, vim morar aqui por conta da minha família. A ocupação ao meu ver não foi organizada, eu participei de apenas uma tentativa de ocupação, desde que vim, fiquei. A vantagem daqui são as casas, a desvantagem é o ônibus, pois quase não tem. Eu moro com meus 5 filhos, e todos são matriculados em escola. Utilizamos ônibus para nos locomover.”

A partir da realização das entrevistas foi possível fazer algumas considerações. Muitos moradores que residem na ocupação não estavam no cadastro da prefeitura, tem pessoas que moravam em outros bairros do município, assim como há também pessoas de outros estados. A maioria dos entrevistados residem na ocupação há quase o mesmo tempo, ou seja, 3 anos

Ocorreram mais de uma tentativa de ocupação até que eles conseguissem de fato ocupar e permanecer nas casas, porém muitos disseram que não participaram de todas as tentativas, a queixa da maioria e sobre a falta de transporte, iluminação pública.

Já os moradores que moram nas casas não concluídas, reclamam da falta de transporte, pavimentação, saneamento básico, água, iluminação entre outras reclamações.

Questionados sobre a organização, só foi informado que os ocupantes que ficasse dois dias fora de casa perdiam as casas, essa liderança era feita pelos “meninos do movimento”, mesmo assim eles informaram que não ocorreram brigas por conta das casas, e que todas as melhorias que estão sendo feitas no conjunto não é pelos recursos municipais, e sim pelos próprios moradores. Eles alegam que a maior preocupação deles é a escritura das casas, pois eles enquanto ocupantes não possuem. Uma entrevistada disse, que o atual prefeito afirmou que não irá tirá-los das casas, porém também não dará posse a eles.

6. Autoconstrução e a saída popular para a questão habitacional

De acordo com Santos (1993), pode-se perceber nitidamente que as metrópoles brasileiras, bem como em outros países subdesenvolvidos produzem pobreza.

A autoconstrução é o processo de produção de habitações de baixo custo, ou seja, pela classe de baixa renda, mediante seu próprio trabalho, ou seja a superexploração da mão-de-obra do proprietário do lote e sua família. De acordo com Kowarick:

No caso da autoconstrução, que na sua finalidade e essência não deve ser entendida como uma forma de poupança, mas enquanto uma solução de subsistência, cria-se um dos elementos – a moradia – indispensáveis como meio de vida, que acaba por se constituir numa fórmula que rebaixa o custo de reprodução da força de trabalho, permitindo realizar uma extração do excedente econômico apoiada em salários que podem ser constantemente deprimidos. Ademais, principalmente nas cidades, de bens de consumo coletivo, no qual a ação do Estado tem ganho crescente importância, pois os investimentos públicos são cada vez mais responsáveis por esse componente também básico da reprodução da força de trabalho. Não sem menor importância no problema da habitação urbana está a questão da terra, cuja adequação atrela-se à existência de uma infra-estrutura de serviços. Portanto, os investimentos públicos também sob este ângulo aparecem como fator determinante no preço final das moradias, constituindo-se num elemento poderoso que irá condicionar onde e de que forma as diversas classes sociais poderão se localizar no âmbito de uma configuração espacial que assume, em todas as metrópoles brasileiras, características nitidamente segregadoras. (KOWARICK, Pág. 61,1993).

O problema habitacional em um país, como por exemplo o Brasil, não pode ser analisado apenas partindo do valor mercantil do solo urbano, mas deve-se ter em mente alguns processos que estão diretamente imbricados, como por exemplo, às condições de trabalho das pessoas.

O Estado desempenha um papel fundamental no sistema de acumulação de capital.
Para Kowarick

Nesse aspecto, quando os recursos estatais se canalizam preponderantemente para os imperativos da acumulação de capital em detrimento daqueles mais diretamente acoplados à reprodução da força de trabalho, acirrando o processo de espoliação urbana, e quando a criação de excedente se realiza também através da *pauperização absoluta* de vastos contingentes sociais, o Estado, para viabilizar semelhante ‘modelo de ordem social’ de características selvagens para a força de trabalho, só pode assumir feições nitidamente autoritárias e repressoras. O controle e a contenção dos movimentos reivindicativos passam a ser a condição para a efetivação de semelhante modelo excludente de repartição dos benefícios, que, por sinal, tem sido a tônica do processo de acumulação recente no Brasil. (KOWARICK, Pág. 63,1993).

Como já comentado anteriormente, os conjuntos habitacionais do programa “Morar Feliz” foram implantados nas Zonas Periféricas da cidade de Campos –RJ. E é nessas zonas da cidade que vive, hoje, grande parcela da classe trabalhadora.

Devido a falta de políticas públicas para atender a demanda de direito à moradia, e com o fim do mandato da antiga gestora e o governo de “oposição” está governando a cidade atualmente, os lotes vazios e as casas cuja as obras não foram concluídas estão “abandonadas”, a solução encontrada pela população foi a ocupação e a autoconstrução.

Esta forma de produção de habitação se caracteriza pelo baixo custo de reprodução da força de trabalho. Pois a habitação é resultado da produção de um trabalho cuja mão-de-obra não é qualificada, ou às vezes a mão-de-obra não é paga, ou seja, a construção das habitações é feita por mutirões coletivos. Kowarick (1993) ao debater a autoconstrução afirma que:

Realizada através do trabalho adicional e gratuito que freqüentemente perdura por anos, a confecção da casa própria só pode levar à redução de outros itens vitais da cesta de consumo, inclusive à diminuição do padrão alimentar que, para muitas famílias, passa a se situar abaixo dos níveis mínimos de sobrevivência. Assim., a autoconstrução, enquanto uma alquimia serve para reproduzir a força de trabalho a baixos custos para o capital, constitui-se num elemento que acirra ainda mais a dilapidação daqueles que só têm energia física para oferecer a um sistema econômico que de *per si* já apresenta características marcadamente selvagens. Por outro lado, esse longo processo redundante, no mais das vezes, numa moradia que, além de ser desprovida de infra-estrutura básica e de se situar em áreas distantes dos locais de emprego, apresenta padrões bastante baixo de habitualidade. Além disso a casa se deteriora rapidamente, pois é feita por trabalhadores não-especializados, que utilizam técnicas produtivas e ferramentas rudimentares, onde a divisão do trabalho é praticamente inexistente e sua construção efetuada aos poucos e sem sequência programada. [...]. (KOWARICK, Págs. 64-65,1993).

A aquisição de uma moradia é algo muito difícil para as parcelas da população menos favorecida economicamente, pois existe um alto custo na compra do terreno e posteriormente na construção, o que leva ao endividamento. Para tentar sanar o problema, a população realiza a autoconstrução nas horas vagas do seu dia, ou seja, estendendo a sua jornada de trabalho diária.

CONCLUSÃO

Mesmo sendo muito debatido, ainda há muito o que fazer quando se trata de problemas habitacionais, assim como outros elementos que são de suma importância para a subsistência humana, como o transporte, saúde, educação, lazer e segurança. Pois sem estes elementos básicos, a população tem seu direito à cidade negado.

Pode-se afirmar que, o conjunto em questão, trata-se de uma realidade isolada, pois parte das casas construídas, as obras foram concluídas e entregues a população que as mesmas eram destinadas. Uma outra parte das casas, as obras foram realizadas, concluídas, porém não foram entregues a população. Já uma outra remessa, as obras não foram concluídas e nem entregues por parte do poder público à população, o que ocasionou o processo de ocupação dessas casas, também temos outra realidade, o processo de autoconstrução de casas nos lotes vazios. Após entrevistas com o Secretário de Obras do governo atual, ao questionar se tinha previsão para o retorno das obras, ele respondeu que não. As pessoas que ocuparam as casas e aquelas que estão realizando a construção nos lotes vazios, com o objetivo de atender as suas necessidades de subsistência atual, arriscam seus poucos recursos mesmo sem a garantia de posse das casas.

Figura 12. Casas em que as obras foram iniciadas, mas não concluídas.



Fonte: Trabalho de Campo no Conjunto Habitacional Tapera III (Ururaí I) Campos dos Goytacazes-RJ, Maria Carolina, 2018

Figura 13. Casas em que as obras foram iniciadas, mas não concluídas.



Fonte: Trabalho de Campo no Conjunto Habitacional Tapera III (Ururáí I) Campos dos Goytacazes-RJ, Maria Carolina, 2018

Atualmente muitas famílias residem na ocupação das casas e dos terrenos, porém, de acordo com alguns dados obtidos das idas à campo⁶, muitas pessoas que estão residindo na ocupação são pessoas que moravam em outros bairros da cidade e até mesmo de outros estados, e que anteriormente morava de aluguel, mas por não ter condições de arcar com pagamento do mesmo, foram morar na ocupação. Pois como se trata de um programa político, ainda é muito incerto o que pode acontecer.

Durante a presente pesquisa, não tive como objetivo trazer respostas aos ocupantes das casas, e nem a garantia de posse ao mesmo. Porém, dar uma visibilidade aos moradores como sujeitos sociais que são ocultados pelos poderes hegemônicos e conservadores na produção do espaço. Desde os primórdios quem sempre sofre é a população menos favorecida economicamente, pois é essa parcela que sofre com a falta. De acordo com dados obtidos, no conjunto habitacional Tapera III era prevista a construção de 900 casas, porém, apenas 504 foram entregues. Como vimos na figura 1, na planta do conjunto havia a previsão da construção de uma Unidade Básica de Saúde, que também não passou de uma promessa.

As pessoas que vivem nas casas e nos lotes ocupados vivem em condições precárias de subsistência, com acesso restrito ao saneamento, água e iluminação, por exemplo, como apontam as Figuras 12 e 13 que indicando a precariedade das casas que muitas famílias estão habitando.

⁶ Todas as idas à campo e visitas técnicas foram realizadas antes da Pandemia. Porém devido a contexto atual, não foi possível a coleta de mais dados para fechar totalmente as entrevistas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>> Acesso em 07 de jun. de 2018.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/camposdosgoytacazes/pesquisa/23/47427?detalhes=true>> Acesso em 07 de jun. de 2018.
- CAMPOS. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Programa Morar Feliz. Disponível em: <https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=37854> Acesso em 14 de out. de 2019
- CAMPOS. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Disponível em: <https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=19973> Acesso em 31 de agost. de 2018.
- CAMPOS. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Disponível em <https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=37974> Acesso em 31 de agost. de 2018.
- CAMPOS. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Disponível em: <https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=23297> Acesso em 31 de agost. de 2018.
- CAMPOS. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Disponível em: <https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=27361> Acesso em 03 de mai. de 2019.
- CAMPOS. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Programa Municipal e Habitações Populares, “Morar Feliz. Disponível em: <<https://www.preventionweb.net/applications/hfa/lgsat/en/image/href/6114>> Acesso em 31 de agost. de 2018.
- CAMPOS. Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social. Visita realizada em 16 de jul. de 2019.
- CAMPOS. Secretaria de Obras do Município. Visita realizada em 29 de mai. de 2019.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; e SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios**. São Paulo. CONTEXTO, 2001.
- CORRÊA, Roberto Lobato. (2000) Região e Organização Espacial, 7ª Edição, Editora Ática, São Paulo, 01-51.
- DOCUMENTÁRIO: “A Economia Brasileira – A História Contada Por Quem a Fez” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uZ_-COt26Ps> Acesso em: 14 de nov. de 2019.
- ENGELS, F. (2010), *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, São Paulo: Boitempo.

- FOLHA DA MANHÃ. Jornal Folha 1. Disponível em: <http://www.folha1.com.br/_conteudo/2017/04/geral/1218198-qual-o-futuro-do-morar-feliz.html> Acesso em 31 de agost. de 2018.
- GOMES, Marcos Antonio Silvestre. SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata. Mendes, Juliana Thimóteo Nazareno. “A Favela Margem da Linha e as Mudanças Socioespaciais Urbanas em Campos dos Goytacazes-RJ” 2013.
- HARVEY, D. (2005), A Produção do Espaço Capitalista, São Paulo, Annablume.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-deimprensa/2013agenciadenoticias/releases/22374-ibge-divulga-as-estimativas-de-populacao-dosmunicipios-para2018>> Acesso em 22 de jul. de 2019
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- MARICATO, Ermínia. “Metrópole periferia, desigualdade social e meio ambiente.” In DINIZ, Nilo (et al.) (orgs). *O desafio da sustentabilidade. Um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo. Fundação Perseu Abramo. 2001.
- MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, Vozes, 2001.
- OLIVEIRA, Julio Cezar Pinheiro de; PEDLOWSKI, Marcos Antonio. *Análise Social*, 204, xlvii (3.º), 2012, 656-682.
- RAMOS, Tatiana Tramontani. “Breves Considerações Teóricas Acerca Da Espacialidade Dos Ativismos Sociais Urbanos”.
- RAMOS, Tatiana Tramontani.” Crescimento Econômico e Desenvolvimento Sócio-Espacial em Campos dos Goytacazes”. In. GEO/UERJ, 2016.
- RODRIGUES, Glauco Bruce. “Trilhas, caminhos e labirintos na Geografia Histórica: notas sobre a metodologia”.
- RONILK, Raquel, **Documentário**: “A Guerra dos Lugares”. Disponível em: <https://www.youtube.com/redirect?v=gjXEgU5_PJg&event=video_description&q=http%3A%2F%2Fbit.ly%2Fguerradoslugares&redir_token=UPkTpspek2iRzvVOdPXFwJbs_58MTU3MTI1NzUyOUAxNTcxMTcxMTI5> Acesso em: 22 de jul. de 2019.
- RONILK, Raquel. Democracia no fio da navalha limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Vol. 11 (n.2). 2009.
- SOUZA, Marcelo José Lopes. “Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social”. In. **Território/UFRJ**, no.3, 1997.
- SOUZA, Marcelo Lopes de; e RODRIGUES, Glauco Bruce. Planejamento urbano e ativismos sociais. São Paulo: UNESP, 2004.
- SOUZA, Marcelo Lopes. ABC do Desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil; 190 páginas, 2003.

ANEXOS

Roteiro de campo (moradores)

Identificação: _____

Sexo: ()Feminino ()Masculino

Idade: _____

Questões

1. Até que ano você estudou?
() Ensino Fundamental Incompleto / Até a 4ª série (5º ano)
() Ensino Fundamenral Completo / Até a 8ª série (9º ano)
() Ensino Médio Incompleto / 1º ano ou o 2º ano
() Ensino Médio Completo / 3º ano
2. Você tinha interesse realmente em sair da Comunidade da Margem da Linha ?
3. você estava no cadastro da Prefeitura para ser removido/reassentado?
4. Há quanto tempo você mora aqui no conjunto Tapera III?
5. Que motivo levou você a ocupar a casa no conjunto?
6. O processo de ocupação das casas ocorreu de forma organizada?
() Sim () Não
7. Se tiver sido de forma organizada, como se deu essa organização? (Reuniões)? Quantas? Quem organizou/liderou a ação?
8. A ocupação foi realizada em uma única ação, ou aconteceram mais de uma tentativa até a sua efetivação?
9. Você participou de todas as tentativas de ocupação?
10. Você acha que aqui você tem condições adequadas de moradia? Se não, Por que?
11. Qual a vantagem da Tapera III em relação à moradia anterior?
12. Qual a desvantagem?
13. Quantas pessoas moram na casa com você?
14. Você tem filhos? Se sim, quantos?
() Sim Quantos? _____
() Não
15. As crianças estão matriculadas na creche/escola?
16. Se sim, como eles vão para a escola? Onde fica a escola? (bairro)
17. Você trabalha? Qual a sua atividade?
18. Você trabalha de carteira assinada, ou não?
19. Qual o local do seu trabalho? (bairro)
20. De que você costuma ir trabalhar? (meio de transporte)
21. Você acha que o conjunto é bem servido de transporte público?
() Sim () Não.

Roteiro de campo - Secretário de Obras/Programa Morar Feliz

1. Quantos conjuntos habitacionais existe ao todo na cidade? (consegui dados que são 16, mas gostaria de confirmar)
2. Quais são os bairros onde estão implantados esses conjuntos?
3. Por que esses bairros foram escolhidos?
4. Quantidade total de casas que foram entregues?

Sobre o Tapera III

1. O conjunto visava atender quantas famílias ao total?

2. Quantas famílias receberam as casas?
3. Quantas casas foram entregues com atraso?
4. Porque não foram removidos em sequência de habitação?
5. Quantas casas não foram construídas?
6. Quantas casas foram construídas e não foram entregues?
7. As obras serão retomadas?

Tabela sobre os loteamentos e número de casas⁷

1ª Fase da construção dos conjuntos - Tabela (1)

Nº	Loteamentos	Nº de Casas Entregues
1	Eldorado 1	348
2	Eldorado 2	936
3	Jockey	934
4	Pq ⁸ . Santa Rosa	598
5	Pq. Prazeres 1	250
6	Pq. Prazeres 2	164
7	Pq. Aldeia	502
8	Tapera 1	380
9	Tapera 2	418
10	Lagoa das Pedras	100
11	Penha	370
12	Travessão	100
13	Esplanada	186
14	Eldorado 3	140
	Total >>>>	5426

Valor da licitação: 357.497.893,43

Tabela sobre os loteamentos e número de casas.

2ª Fase da construção dos conjuntos - Tabela (2)

Dores de Macabu		Unidade/Situação
Casas Entregues		30
Saturnino Braga		Unidade/Situação
Casas Entregues		90
Ponta Grossa		Unidade/Situação
Casas Entregues		84
Ururai		Unidade/Situação
Previsão de Casas (inicial)		900
Casas Entregues		504
Casas não Entregues		396
Total de Casas Entregues		Unidade/Situação
Casas Entregues		708

Valor da Licitação: 476.519.379,31

⁷ Informações gerais "Morar Feliz": Todos os dados (orçamento, tabelas,) foram cedidos pela secretaria de obras do Município.

⁸ Pq. (abreviação de Parque)